



Projeto de Lei \_\_\_\_/2022

Obriga o Poder Executivo a divulgar, em tempo real, as despesas e receitas do governo municipal por meio de aplicativo celular.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo obrigado a disponibilizar aplicativo para celulares para divulgação - em tempo real - das receitas e despesas do orçamento público municipal.

**Art. 2º** A divulgação de que trata o art. 1º desta Lei será feita em aplicativo para celulares disponibilizando gratuitamente.


**Parágrafo único.** A publicidade conterà, no mínimo, o valor e percentual correspondente as seguintes categorias:

I – Categoria de despesa, divididas por:

- a) Poder;
  - b) Órgão público;
  - c) Áreas;
  - d) Recursos humanos;
  - e) Fornecedores;
  - f) Prestadores de serviços
  - g) Diárias de viagens; e
- II – Categoria de receita, revelando as respectivas fontes.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sant'Ana do Livramento, 07 de abril de 2022.

  
Enrique Civeira – NENECO  
Vereador - PDT

<sup>1</sup>Lei Orgânica Municipal.

**Art. 102** – Compete privativamente ao Prefeito:

XIV – prestar a Câmara Municipal, dentro de dez dias as informações solicitadas, sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara ou sujeita a fiscalização do Poder Legislativo; e  
importam responsabilidades os atos do Prefeito ou Vice-Prefeito que atendem contra a constituição Federal, e esta Lei Orgânica Municipal, especialmente:  
ações judiciais.



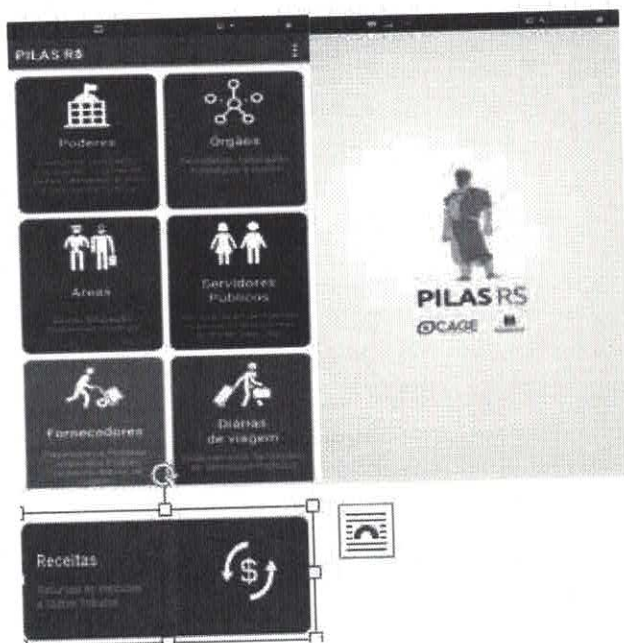
## JUSTIFICATIVA

A população clama por mais transparência no trato com a coisa pública, principalmente com o dinheiro público.

Apresentamos o projeto de Lei para que a Prefeitura de Sant'Ana do Livramento disponibilize aplicativo de celulares que reproduza de forma objetiva e simplificadas receitas e despesas do governo municipal. No aplicativo para celulares deve constar as despesas divididas por poder, órgão público, áreas, recursos humanos, fornecedores, prestadores de serviços, diárias de viagens, etc. De igual forma, as receitas devem ter seus valores e fontes reveladas no aplicativo.

Recentemente na gestão de Jose Ivo Sartori, o Governo do Rio Grande do Sul criou o App Pilas R\$, concedendo a oportunidade dos cidadãos acompanhar em tempo real – as despesas e receitas governo estadual diretamente no aplicativo para celulares.

### Aplicativo modelo / Telas das funcionalidades



<sup>1</sup>Lei Orgânica Municipal.

**Art. 102** – Compete privativamente ao Prefeito:

XIV – prestar a Câmara Municipal, dentro de dez dias as informações solicitadas, sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara ou sujeita a fiscalização do Poder Legislativo;

Importam responsabilidades os atos do Prefeito ou Vice-Prefeito que atendem contra a constituição Federal, esta Lei Orgânica Municipal, especialmente:

ações judiciais.

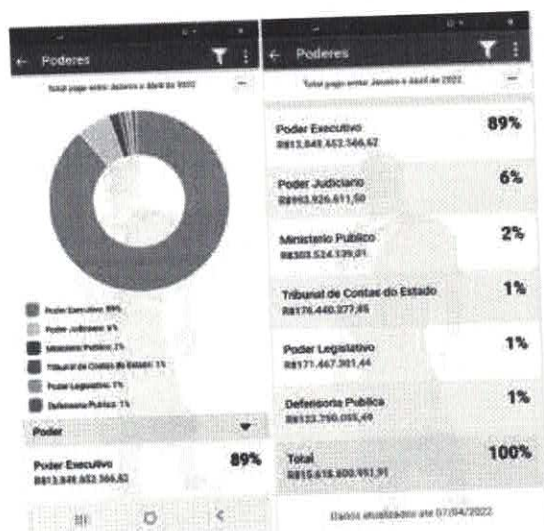


R. Sen. Salgado Filho, 528 - Centro,  
Santana do Livramento - RS, 97573-432  
Telefone: (55) 3241-8600

Vereador  
**Enrique Civeira**  
**Neneco**



**Categoria de Despesa: Poderes**  
**Gráfico e percentual / Valor e percentual**

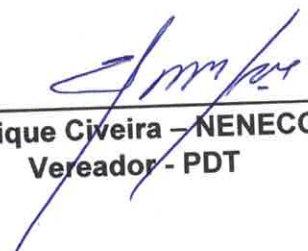


**\*\* No Aplicativo sugerido haveria os**  
**Categoria de Despesa: Órgãos**



Em Consonância ao exposto, postulo tal proposição à avaliação do Poder Executivo com o intuito de ampliar e modernizar a transparência pública, facilitando a fiscalização social sobre a máquina pública e os gestores públicos para que a probidade e eficiência seja valores preservados pela democrática participação dos contribuintes no cuidado com os recursos públicos.

Sant'Ana do Livramento, 07 de abril de 2022.

  
**Enrique Civeira – NENECO**  
**Vereador - PDT**

<sup>1</sup>Lei Orgânica Municipal.

**Art. 102** – Compete privativamente ao Prefeito:

XIV – prestar à Câmara Municipal, dentro de dez dias as informações solicitadas, sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara ou sujeita a fiscalização do Poder Legislativo; e  
importam responsabilidades os atos do Prefeito ou Vice-Prefeito que atendem contra a constituição Federal, e esta Lei Orgânica Municipal, especialmente: